



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 28ª reunião, realizada em 25 de abril de 2019

1 Em 25 de abril de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Antônio Augusto Melo
5 Malard e o presidente suplente Clésio Cândido Amaral, representante da
6 SEMAD. Representantes do poder público: Rodrigo Carvalho Fernandes, da
7 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Túlio
8 Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Fernando Antônio
9 de Souza Costa, da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais
10 (SFA/MG) / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Enio
11 Resende Souza, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do
12 Estado de Minas Gerais (Emater); Luiz Artur Castanheira, do Instituto Brasileiro
13 do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
14 Representantes da sociedade civil: Igor Lopes Braga, da Associação Mineira da
15 Indústria Florestal (Amif); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da
16 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Leandro Soares
17 Moreira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas
18 Gerais (Fetaemg); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu
19 (Mover); Lucas Amaral de Melo, da Universidade Federal de Lavras (Ufla);
20 Emílio Elias Mouchrek Filho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
21 de Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO**
22 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
23 **ABERTURA.** O presidente Antônio Augusto Melo Malard declarou aberta a 28ª
24 reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. **3) COMUNICADOS DOS**
25 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Antônio Augusto Melo
26 Malard: “Eu acho que nas últimas duas ou três reuniões, se não me engano, o
27 conselheiro Tobias trouxe a questão dos piscinões, de como isso seria
28 regulamentado pela Secretaria, pelo IGAM. A Secretaria está elaborando um
29 relatório referente ao assunto. Inclusive – eu não sei se é de conhecimento do
30 conselheiro Tobias –, já tem uma ação ajuizada pelo Ministério Público em
31 relação ao tema para que a Secretaria regularize esses empreendimentos. O
32 ponto de vista, a argumentação da Secretaria, no primeiro momento, é que não
33 há que se confundir piscinões com barragens. Essas estruturas não podem ser
34 consideradas como barragens, pela Política Nacional de Barragens, do ponto de
35 vista também hídrico, porque são estruturas construídas fora do curso d’água,
36 fora do leito. Então o primeiro ponto de esclarecimento da Secretaria é que
37 essas estruturas não são barragens. Para quem não conhece, são estruturas

38 feitas com escavação para que se possa utilizar, principalmente, para irrigação,
39 captando água do curso d'água. Mas não há nenhuma intervenção, de fato, no
40 curso d'água, e, portanto, não é passível de outorga do uso da água, porque
41 não tem alteração de quantidade e qualidade. Esse até é o ponto de vista do
42 IGAM. Em relação à Secretaria, no que tange ao licenciamento, à autorização
43 ambiental, essa atividade também não é passível de licenciamento, porque não
44 está descrita no anexo da DN 217. Nós temos algumas barragens, por exemplo,
45 de irrigação, de acumulação de água, que são passíveis a partir de um
46 determinado porte, mas não há nenhuma menção sobre esse tipo de estrutura.
47 Isso não impede que os empreendimentos que usem essas estruturas adotem
48 todos os procedimentos adequados para que se tenha um controle ambiental
49 efetivo desse tipo de estrutura, fazendo com que a SEMAD e as casas
50 vinculadas a ela possam autuar caso encontrem alguma irregularidade. E no
51 âmbito do IEF, onde se dá realmente, do ponto de vista do Sisema, a
52 necessidade de uma autorização é quando essas estruturas estão em uma APP
53 ou quando houver a necessidade de uma supressão de vegetação. Aí claro que
54 será necessária uma autorização do IEF nesse sentido. Mas a argumentação da
55 Secretaria, articulada com o IGAM, é nesse sentido, que essas estruturas
56 realmente não se configuram como barragem e não são passíveis de
57 regularização. Entretanto, há uma demanda judicial, que está sendo respondida,
58 e eu não sei como será o desfecho dessa demanda. Pode ser que a demanda
59 judicial ocasione a necessidade de o órgão ambiental estabelecer um
60 procedimento de regularização, o que hoje em dia não é feito em razão desses
61 argumentos que eu apresentei agora.” caso trágico.” Conselheiro Tobias Tiago
62 Pinto Vieira: “Obrigado por trazer esse assunto. Eu acho muito importante, até
63 mesmo porque nessa ação civil pública contra o IGAM, que o Ministério Público
64 moveu, ele veda as outorgas que fazem reservação em piscinão nos casos em
65 que o empreendedor não apresentar laudo, projeto construtivo, projeto
66 operacional, ART de responsável técnico e plano de ação emergencial para
67 essa estrutura, quando ela tiver acima de três hectômetros de volume reservado
68 ou 15 metros de talude. E isso causa um probleminha na nossa região,
69 principalmente porque está havendo esse estímulo às construções dos
70 piscinões exatamente porque não pode ser feita aquela captação conforme o
71 empreendedor precisa. O agricultor, eu digo. Então ele faz uma captação menor
72 durante o maior período de tempo, faz a reservação no piscinão e faz a sua
73 gestão hídrica na propriedade. O que está acontecendo? Além de vedar, nessa
74 ação civil pública, essa liberação de outorga com reservação em piscinão com
75 essas peculiaridades, exige a regularização para quem já tem piscinão. E aí
76 coloca todo mundo no mesmo pacote, dos piscinões menores que existem aos
77 com 2,9 hectômetros, que é uma estrutura grande; 14 m de talude; ou seja, dos
78 menores, aquelas pequenininhas, até um piscinão maior, ele tem que
79 apresentar o projeto construtivo, operacional e o responsável técnico. Muitas
80 vezes, piscinões pequenos, de propriedades pequenas, realmente, dificultam

81 colocar isso. Por que eu venho trazendo isso aqui e venho cobrando do
82 Conselho Estadual também? Porque nós temos que separar quem realmente
83 precisa apresentar esses projetos e quem não precisa, quem seria não passível
84 de licenciamento de piscinão, digamos assim. Nós entendemos que não está na
85 217, nunca houve essa estrutura em nenhum âmbito de licenciamento.
86 Realmente não é uma barragem, não pode ser considerada barragem, porém
87 vem causando problemas na nossa região. Teve o rompimento de Varjão de
88 Minas, teve outro rompimento em Monte Carmelo. Então estão ocorrendo
89 acidentes com piscinões, inclusive causando vítimas, na nossa região, o que
90 necessita de alguma ação do Estado para regulamentar. 'São 3 m de talude,
91 vamos fazer de 3 m a 10 m, vai ser classe 1 de piscinão'. Algo assim. Eu acho
92 que o Estado vem caminhando nesse sentido, mas nota-se que ainda não foi
93 apresentado nada. É no que ficamos um pouco pesarosos, porque a ação civil
94 pública é do ano passado, que eu venho falando isso aqui em toda reunião, e
95 ainda até hoje não foi criada nenhuma deliberação normativa e nem foi feita
96 nenhuma ação concreta. Fica a nossa ressalva. Nós precisamos fazer isso. E
97 caso queiram mais alguma informação na nossa região nós estamos tentando
98 levantar o número de piscinões que existem, mas nós não conseguimos essa
99 informação uma vez que não têm cadastrados no sistema, por não serem
100 passíveis de licenciamento. Então fica mais uma vez para buscarmos essa
101 regularização para podermos ter números para trabalhar em cima disso.”
102 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Só reforçando que o entendimento
103 do Sisema é de que não seria passível. E nesse sentido, junto à AGE, nós
104 estamos construindo esse entendimento para ser mostrado em juízo. Como eu
105 falei, será decidido em juízo, e se assim for nós vamos estabelecer um
106 procedimento de regularização, que eu não sei como se dará, se no âmbito da
107 outorga ou no âmbito do licenciamento. Mas reforçando, mais uma vez, que o
108 fato de não ser exigida uma realização não quer dizer que não tenha que
109 possuir o devido controle ambiental. Existe uma série de atividades não
110 passíveis de licenciamento que podem, porventura, causar uma degradação
111 ambiental, devendo ter um responsável legal para isso, inclusive a figura
112 também do responsável técnico referente a essas estruturas. O fato de não ter o
113 licenciamento não significa que uma obra de engenharia, assim como todas,
114 não precisa ter um responsável técnico.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira:
115 “Até mesmo esse entendimento deve ser muito bem alinhado talvez até com o
116 Crea, porque o Crea já soltou algumas notas técnicas falando que vai ser
117 cobrado o responsável técnico dessas estruturas e, se não me engano, também
118 o projeto. Muitos produtores da nossa região não têm projeto, não tiveram
119 projeto construtivo, não têm projeto operacional exatamente por serem
120 estruturas pequenas. Então talvez alinhar isso para até mesmo evitar
121 fiscalizações punitivas em cima desses pequenos. Quando você vai a um
122 produtor grande, muitas vezes, ele tem isso já pronto, mas muitas vezes um
123 pequeno não tem.” Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “A propósito do

124 que o conselheiro Tobias falou, nós vamos iniciar, no dia 2, um trabalho
125 conjunto com o setor de barragens do IGAM no sentido de mapeá-las no Estado
126 e iniciar efetivamente um trabalho de fiscalização no melhor dos sentidos
127 dessas barragens. Por que estamos dizendo isso? Quando nós procuramos o
128 IGAM, a partir de uma conversa que eu tive com o conselheiro Tobias aqui, ele
129 me indicou a pessoa, eu procurei. No dia 2, nós vamos ter a primeira reunião. E
130 o que foi dito para mim foi o seguinte: nós precisamos estar juntos porque vocês
131 estão necessitando da gente, e nós estamos necessitando de vocês para fazer
132 esse mapeamento. Eu falei com ele o seguinte, que nós iríamos, inicialmente,
133 para barragens e nesse percurso nós vamos encontrando, principalmente na
134 região de Paracatu e Unaí, os piscinões. O que acontece? É só a gente andar
135 para ver: tem muito piscinão que tem um volume armazenado de água de
136 barragem. 15 milhões, 30 milhões.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard:
137 “Mas não com comportamento de barragens.” Conselheiro Emílio Elias
138 Mouchrek Filho: “Não com comportamento de barragens, mas quase que com o
139 mesmo grau de periculosidade. Porque falamos muito em barragem de rejeito,
140 mas na verdade a barragem de rejeito tem um cunho social mais forte por causa
141 da morte das pessoas, por causa da perda. Mas na prática a barragem de água
142 tem um desdobramento no agronegócio tão grande que é básico para a
143 economia não só da região de Paracatu, mas de onde tem barragem. Eu queria
144 dar essa informação porque o Crea entendeu, e o IGAM já entendeu também
145 que está na hora de encararmos isso na prática, botar a mão para valer no
146 trabalho. E no dia 2 nós iniciaremos o trabalho.” Presidente Antônio Augusto
147 Melo Malard: “Só deixar claro o seguinte. Se tiver o comportamento, se tiver o
148 barramento, ela se enquadra como barragem.” Conselheiro Emílio Elias
149 Mouchrek Filho: “Sim, aí ela vai ter licenciamentos.” Presidente Antônio Augusto
150 Melo Malard: “Aí ela pode se enquadrar nos quesitos de licenciamento da DN
151 217. Mas nesses casos não configuramos como barragem por não haver
152 realmente o barramento.” Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “Mas de
153 toda forma um piscinão terá um responsável técnico, um cálculo, um perfil, um
154 coeficiente de estabilidade, porque na prática, quando ele rebenta, pode ser um
155 volume menor do que uma barragem, mas, se for quase uma barragem, os
156 problemas de ordem prática são os mesmos.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto
157 Vieira: “Eu gostaria de ver com o pessoal da Secretaria Estadual de Meio
158 Ambiente e do IEF, porque lá em Paracatu nós temos um decreto que criou a
159 área de preservação especial da Copasa. É o Decreto nº 29.587/1989. Esse
160 decreto protege os mananciais e faz com que se restrinja a supressão de
161 vegetação em tal área. Essa área foi criada uma vez que a captação da Copasa
162 está a jusante dessa área de preservação especial. Em 2018, foi criada a DAC
163 03/2018, que é a área de conflito do Escuro. Como já existe uma dificuldade de
164 disponibilidade hídrica até mesmo para abastecer a cidade, foi feito um
165 diagnóstico na Bacia do Santa Isabel, na mesma Bacia em que foi criado o
166 decreto, e o diagnóstico foi feito pela metodologia do ZAP, o Zoneamento

167 Ambiental e Produtivo. Fico um trabalho muito bem-feito, inclusive propôs, se eu
168 não me engano, duas barragens. Para que seriam essas barragens? São
169 barragens de uso não consuntivo para regulação de vazão. O problema é que
170 existe a área de preservação especial. A área de preservação especial,
171 vedando a supressão de vegetação, veda a construção das barragens. Ou seja,
172 nós temos a solução e temos o impedimento. O que eu venho questionar neste
173 momento? Eu sou membro do Comitê do Paracatu e coordenador da Câmara
174 Técnica de Outorga e Cobrança. Projetos como esse chegam à minha mão na
175 Câmara para discutirmos. Como existe a APE, não vai autorizar isso acontecer.
176 Eu queria saber deste Conselho como nós poderíamos, enquanto Comitê ou até
177 mesmo aqui no Conselho, propor alguma modificação nesse decreto. Eu não
178 sei se isso é possível, eu não sei se nós, como Conselho, poderíamos fazer
179 uma moção à Assembleia Legislativa solicitando isso, para que seja
180 reconsiderada a questão da área de preservação especial nas vezes de
181 construção de barragem para atendimento à população. Algo assim. Porque a
182 área já é de conflito pelo uso de água, já tem escassez hídrica. Há dois anos,
183 Paracatu já passou por crise hídrica muito intensa. Claro que nós temos um
184 aumento de vazão agora do rio pelo período chuvoso, mas no período de julho e
185 agosto está muito complicado. E a solução seria as barragens. Então como que
186 nós poderíamos agir ou enquanto Conselho ou enquanto Comitê – isso eu digo
187 em meu nome – para estar buscando essa retificação desse decreto ou algum
188 adendo? Como isso poderia ser feito? Porque realmente ficou essa dúvida, e
189 nós precisamos de uma solução.” Conselheiro Enio Resende Souza: “Só talvez
190 uma sugestão, Tobias, que eu não sei se está correta. Mas essas barragens
191 não seriam de utilidade pública? E no caso não poderia ter uma brecha na
192 questão da APP?” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Até poderia, mas o
193 decreto é muito simples e objetivo. O que o decreto fala? ‘Fica definido como
194 área de proteção especial...’ E fala que ‘ficam declaradas de preservação
195 permanente as florestas e demais formas de vegetação natural na área definida
196 no artigo anterior’.” Conselheiro Enio Resende Souza: “Porque todas as APPs
197 são áreas de preservação permanente, mas existem as brechas legais. No
198 caso, uma delas é atividade de interesse público, nos casos de ponte,
199 barragem. Por exemplo, ponte vai entrar em APP sempre, no caso de curso
200 d’água e tal. Eu conheço o ZAP, que realmente é muito eficaz nessa questão de
201 identificar os pontos onde um barramento poderia regularizar a vazão. Não vai
202 ter alteração nenhuma a não ser melhorar a vazão durante o ano. Então eu
203 acho que é muito pertinente.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Foi até um
204 questionamento que eu fiz para o pessoal do Comitê. Mas, se eu não me
205 engano, utilidade pública é construção de barragens para geração de energia
206 elétrica.” Presidente suplente Clésio Cândido Amaral: “Tem duas coisas que eu
207 vejo nesse sentido. Primeiro, eu acho que o Comitê podia fazer uma solicitação
208 de análise jurídica desse decreto todinho. É o primeiro ponto. Talvez como
209 utilidade pública e interesse social seja possível abrir uma brecha porque,

210 quando falamos de abastecimento público com acesso à água, pode se tornar
211 de interesse social ou público, e há essa brecha. Se não houver nenhuma
212 brecha, a única alternativa seria o governo propor uma alteração nesse decreto
213 junto à Assembleia para permitir esse tipo de situação. Então eu acho que o
214 primeiro passo seria pedir uma análise jurídica disso, de maneira formal. Porque
215 não vamos conseguir chegar a uma conclusão aqui na reunião. Com uma
216 análise jurídica talvez tenhamos um norte do que possa ser feito. Então se
217 oficializa o pedido dessa análise jurídica por parte do Comitê, e aí a SEMAD faz
218 essa análise jurídica.” Gleison Augusto dos Santos: “Meu nome é Gleison dos
219 Santos, sou professor de melhoramento genético florestal na Universidade
220 Federal de Viçosa e também estou como diretor científico da SIF, que faz a
221 integração universidade, empresa, governo, da UFV, há mais de 45 anos. Então
222 agradecer ao COPAM pela oportunidade, à Amif, que é nossa parceira.
223 Estamos trabalhando muito com a Associação Mineira da Indústria Florestal. E
224 estamos aqui hoje mais para fazer um convite para a reunião do dia 30 de maio,
225 que terá uma apresentação de um dos professores que trabalham com a SIF e
226 a UFV na área de restauração florestal. Ele vai fazer uma palestra sobre
227 inovações em restauração florestal. A SIF está gerenciando hoje seis projetos
228 com a Fundação Renova, desde possíveis contaminações de peixes até
229 restauração da área à margem do rio Doce que foi afetada pelos rejeitos do
230 desastre de Mariana. E nós temos resultados muito positivos. Muitas técnicas
231 de restauração que ele está utilizando junto à Renova têm permitido já a
232 recuperação efetiva de algumas áreas. Então o que queremos mesmo é
233 convidá-los para o dia 30 de maio. Vai ter um espaço maior para essa
234 apresentação. E também colocar tanto a SIF como a UFV à disposição de
235 vocês. A SIF é uma associação formada por 21 empresas do setor florestal e
236 temos contribuído muito com o desenvolvimento tecnológico em Minas Gerais,
237 desde o setor produtivo de celulose e carvão vegetal até a parte ambiental.”
238 Presidente suplente Clésio Cândido Amaral: “Seria na próxima reunião da CAP,
239 e ele oficialmente faria uma apresentação desse projeto. Obrigado, professor.”
240 **4) EXAME DA ATA DA 27ª REUNIÃO.** Retirada de pauta a ata da 27ª reunião
241 da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris, realizada em 28 de março de 2019,
242 em função de não ter sido disponibilizada para acesso aos conselheiros. **5)**
243 **AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS**
244 **ÁGUAS APÓS O DESASTRE DA BARRAGEM 1 / MINA CÓRREGO DO**
245 **FEIJÃO. Apresentação: IGAM.** Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM fez
246 apresentação à Câmara sobre as ações implementadas pelo Instituto Mineiro de
247 Gestão das Águas após o Desastre da Barragem 1 / Mina Córrego do Feijão. O
248 conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações.
249 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Primeiramente, parabenizar a
250 Katiane pela apresentação, parabenizar também o IGAM pelo excelente
251 trabalho que vem desenvolvendo junto com a ANA, a Copasa, a CPRM,
252 mostrando realmente um esclarecimento grande das ações trazidas pós-

253 desastre. Claro, não somente o IGAM, mas todo o Sisema, por meio também do
254 IEF, da FEAM e da SEMAD, vem atuando fortemente, intensamente, após o
255 desastre. Como mostrado, no dia seguinte, os primeiros monitoramentos já
256 estavam sendo realizados, cerca de cem técnicos do Sisema participaram das
257 ações desde o primeiro momento. Primeiramente, das ações emergenciais e
258 agora das ações de recuperação, que estão em andamento, primeiramente,
259 com a elaboração de grandes diagnósticos para, de fato, em breve, iniciar as
260 ações de longo prazo, de recuperação, que todo mundo espera e aguarda.
261 Então parabenizar realmente toda a equipe do Sisema pela atuação que vem
262 tendo sobre esse caso trágico.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu
263 tenho duas perguntinhas que vão muito de acordo com isso que o Malard falou.
264 Primeiro, eu gostaria de saber qual é o posicionamento do IGAM, porque os
265 monitoramentos já estão sendo feitos desde o ocorrido e ainda não foi
266 apresentado nem para os Comitês de Bacia nem no Fórum Mineiro de Comitês
267 –eu tive oportunidade de participar da reunião – quais são as conclusões que o
268 IGAM tirou do que aconteceu, em que ponto estamos, em que grau de
269 degradação estamos e quais serão as medidas já impostas ao empreendedor. É
270 claro que talvez seja um pouco imaturo falar disso agora, mas é importante nós
271 já termos essa visão para passar para a comunidade. Eu digo isso porque no
272 Fórum Mineiro de Comitês e no Fórum Nacional, principalmente o pessoal da
273 Bahia está muito preocupado com o rio São Francisco e sempre nos vem
274 pressionando, vem perguntando para a sociedade civil quais serão essas
275 medidas e quais serão as ações impostas ao empreendedor. E uma segunda
276 pergunta é sobre o mercúrio disposto ali. Nós vimos que nos primeiros
277 monitoramentos o mercúrio era alarmante. Depois ele se depositou. Na
278 verdade, o mercúrio se torna o metilmercúrio, que é contaminante e tem fácil
279 deposição. E você mencionou em um momento que será feita a dragagem do
280 rio Paraopeba. Está sendo feita alguma análise para que se veja a viabilidade
281 de refazer essa dragagem ou não, uma vez que se fizer essa dragagem,
282 revolver esse material, o mercúrio vem à tona novamente? Digo isso porque em
283 Paracatu houve uma história, uma tentativa inicial da mineradora, de
284 rebeneficiar o córrego Rico, de Paracatu. E no momento em que se começou
285 essa ideia eles identificaram que no córrego Rico existia muita concentração de
286 metilmercúrio. Com isso, inviabilizaram o projeto de rebeneficiamento do
287 córrego porque iria acontecer isso, ia resolver o material e disponibilizar o
288 mercúrio no corpo d’água. Então eu queria saber se o IGAM também está com
289 esse olhar, se está pensando nisso. Porque enquanto o mercúrio está
290 depositado é melhor deixá-lo quieto. São só essas duas perguntinhas, e
291 parabéns pela exposição.” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Quanto às
292 ações e à divulgação das informações, eu até fiz uma apresentação no próprio
293 CBH Paraopeba, sei que já teve uma apresentação na região de Felixlândia, no
294 encontro que teve da Bacia do São Francisco. Recentemente, o Heitor, que é o
295 diretor de Eventos Críticos, do IGAM, participou de audiência pública na Bahia,

296 onde levou as informações e as ações que estão sendo realizadas pela
297 Secretaria de Meio Ambiente. A notícia que eu tive é que a promotora lá ficou
298 até mais calma pelo que foi repassado das informações. Há muitas fake news
299 que vêm ocorrendo em paralelo de que já ultrapassou, mas que não advêm de
300 órgãos oficiais. E o Ministério Público vai até chamar essas fundações que
301 divulgaram algumas informações e que não são confirmadas pelos órgãos
302 estaduais oficiais. Mas o IGAM já exigiu as ações de contenção e controle dos
303 rejeitos. A Vale já apresentou um plano de obras, já tem apresentado diversas
304 obras de remoção dos rejeitos. Quem acompanha isso mais de perto são a
305 FEAM e a SEMAD. Quanto à qualidade da água, o IGAM tem acompanhado.
306 Neste momento, o que podemos fazer é acompanhar a qualidade da água e
307 articular com a Secretaria de Saúde e demais órgãos quanto à suspensão dos
308 usos até que se tenha essa segurança da estabilidade desses parâmetros. Mas
309 tão cedo isso não vai acontecer ao longo do rio Paraopeba exatamente em
310 função das obras que estão programadas. Quanto ao mercúrio, só para
311 ressaltar que a região de Paracatu é um caso bem distinto, porque lá existe a
312 mineração de ouro, e, geologicamente, tinha concentrações de mercúrio na
313 região. Então já era natural da região, background da região, e foi minerado o
314 ouro usando mercúrio e disponibilizando arsênio, ao longo de muitos anos, na
315 Bacia. Então o que tem de mercúrio lá no córrego Rico é uma situação
316 completamente distinta do que tem no córrego Paraopeba, que ocorreu,
317 eventualmente, em função do arraste de algum material que estava na região da
318 barragem da Vale. A questão da ventilação do mercúrio nós observamos que
319 ocorre, principalmente, em reservatórios, em função de reações químicas,
320 físico-químicas que ocorrem no reservatório, em função de potencial redox,
321 baixo oxigênio, valor de PH. Existe o acondicionamento do metilmercúrio, mas a
322 remoção do rejeito na região vai acontecer. Então nós vamos seguir
323 monitorando. A Vale tem uma estratégia de circular a área que vai ter a
324 dragagem justamente para tentar que o mínimo possível do material que vai ser
325 dragado ultrapasse essas barreiras. E elas vão ser todas dragadas,
326 succionadas de forma que o mínimo possível se misture e volte a ser
327 disponibilizado para água. Mas o IGAM segue monitorando. Mas deixar claro
328 que o que ocorreu em Paracatu é muito distinto da característica do que está
329 acontecendo hoje na Bacia do Rio Doce. Nós vimos mercúrio no córrego Rico
330 pelo monitoramento e mesmo no histórico nós víamos a presença do mercúrio
331 ao longo dos anos, e era específico da atividade minerária que é desenvolvida
332 na região de Paracatu. Então já temos o valor de background alto de mercúrio
333 lá, e claramente qualquer atividade lá vai remobilizar isso que já está no
334 sedimento, o que não era observado antes no rio Paracatu, ocorreu advindo do
335 desastre.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu acho que na minha
336 primeira pergunta talvez eu não tenha sido muito claro. Eu gostaria de saber se
337 o IGAM já conseguiu apontar e impor à empresa essas ações, a começar de
338 imediato ou se ainda vai demorar, se ainda vai esperar mais análise, mais

339 estudos, mais monitoramentos. Se existe alguma previsão.” Katiane Cristina de
340 Brito Almeida/IGAM: “Existe todo um plano de contenção dos sedimentos, tanto
341 do córrego Ferro-Carvão quanto do Paraopeba. A Vale já implementou algumas
342 membranas antiturbidez – que o IGAM até avaliou que não está tendo
343 efetividade –, mas não pode começar nada enquanto a Polícia Civil e o Corpo
344 de Bombeiros não autorizarem. Enquanto tiver corpos na região, eles não têm
345 autorização de começar nada. Já está tudo estartado, as obras que foram
346 possíveis de serem feitas, as estações de tratamento dos efluentes que vão
347 receber o afluente que vai vir do córrego Ferro-Carvão, o maquinário já está
348 todo no local, mas eles não têm autorização de começar nenhuma obra
349 enquanto corpos na região.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Sobre o
350 mercúrio de Paracatu, eu não estou falando do mercúrio da Bacia do Rio
351 Paracatu, estou falando específico de um ponto que foi incluso naquele córrego
352 – digamos assim – pelo garimpo. O garimpo usava muito mercúrio, e foi
353 depositado ali, pelo homem. Nesse caso, nós também tivemos a deposição feita
354 pelo homem. Nesse ponto, nós temos que o mercúrio hoje apresenta volumes
355 muito baixos. As próprias análises mostraram que está muito baixo esse número
356 de mercúrio. A minha preocupação é realmente que essa dragagem possa fazer
357 esse revolvimento, e novamente o mercúrio seja posto no corpo d’água e desça
358 rio abaixo. Eu queria saber se já existe alguma ideia de fazer uma pequena
359 barragem para tratamento desse efluente e como está sendo pensado isso pelo
360 IGAM.” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Sim. A Vale já está com todo o
361 plano emergencial de obras. Vai ter tanto estação de tratamento do Ferro-
362 Carvão quanto estação de tratamento dessa dragagem na margem do rio
363 Paraopeba, que vai receber todo esse material; não vai voltar para o rio
364 Paraopeba. O material vai ser seco, o material da dragagem vai ser
365 acondicionado em bags, e essas bags vão ser secadas no local e
366 transportadas. Eu não sei ainda o local de disposição, mas tudo está sendo
367 acompanhado pela FEAM.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Só
368 acrescentar em relação às apresentações. Como a Katiane falou, várias já
369 foram feitas em alguns Comitês e em alguns outros fóruns também. Eu vou
370 tomar liberdade aqui pelo IGAM. Claro, é só solicitar que seja feita também uma
371 apresentação em qualquer fórum, e o IGAM claramente vai estar à disposição
372 sempre com o objetivo de levar informação à população, o que está sendo feito,
373 inclusive, de forma muito transparente no site. Inicialmente, foi feito até
374 diariamente e agora passando para duas vezes por semana, com todos os
375 relatórios sendo divulgados amplamente no site da SEMAD, do IGAM, da FEAM
376 e do IEF.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu até entendo que o IGAM
377 tem feito essas apresentações e vi isso várias vezes, mas apresentação de
378 monitoramento, monitoramento, monitoramento, não traz resultado, não traz
379 impacto para a solução, para resolver o problema. O que tem acontecido muito
380 na sociedade civil, principalmente eu que sou de Paracatu, que eles falam ‘a
381 barragem rompeu, e Paracatu tem as duas maiores do Brasil’. Então todo

382 mundo vem em cima do Movimento Verde. Os outros Estados vêm cobrando de
383 mim, que sou de Minas Gerais, o que está sendo, de fato, feito, além de
384 monitorar. É claro que o monitoramento é importante, mas é uma ferramenta
385 ainda inicial. Então partir para uma apresentação do que será feito, algo mais
386 assim, porque demonstra mais que ações serão mesmo cobradas da empresa.
387 Não é criticando o monitoramento. O monitoramento é importante, mas está na
388 hora de darmos um passo a mais.” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Eu
389 acho que podemos até solicitar uma nova apresentação. Como não me foi
390 solicitada essa apresentação, foi muito focada na questão do monitoramento.
391 Mas a Secretaria tem uma apresentação de todas as ações que estão sendo
392 acompanhadas e implementadas pela Vale. É uma frustração nossa também,
393 apesar de ter todo esse plano. A Vale já está mobilizada, nós vemos hoje uma
394 situação muito diferente da época do ocorrido na Samarco, vemos uma maior
395 agilidade, até mesmo pelo know-how, infelizmente, que o Estado adquiriu. Mas
396 por enquanto não pode ser tratada nenhuma ação local – não que a Vale não
397 esteja fazendo nem que a Secretaria não esteja exigindo – enquanto o Corpo de
398 Bombeiros e a Polícia não liberar. Estamos todos ansiosos para que essas
399 ações comecem, de fato, mas, infelizmente, enquanto tiver corpos na região,
400 nada pode ser liberado de ação. Eu acho que você pode repassar essa
401 informação também para as pessoas, e nós podemos combinar, em uma
402 próxima reunião, de a Secretaria apresentar todo o plano de ação que está
403 sendo implementado e o acompanhamento que está sendo feito.” Conselheiro
404 Fernando Antônio de Souza Costa: “Eu só queria saber de você qual é a região
405 em que ainda não pode ser coletada a água para o processo produtivo
406 agropecuário da região. E quando estará liberada a coleta de água ali.” Katiane
407 Cristina de Brito Almeida/IGAM: “A Emater, se eu não me engano, soltou uma
408 nota e acompanha a decisão da Secretaria de Saúde, em parceria com o IGAM,
409 de que estão suspensos os usos no rio Paraopeba do trecho até Curvelo e
410 Pompeu. Estamos ainda no momento muito recente, então não sabemos as
411 consequências para a saúde pública. Vários estudos, até mesmo coordenados
412 pela Seapa, estão sendo executados, tanto em questão de impacto à
413 bovinocultura, às hortaliças, e a Secretaria de Saúde também vai coordenar um
414 estudo epidemiológico de saúde pública. Mas enquanto não houverem
415 conclusões desses estudos que realmente sejam substanciais para se falar
416 realmente ‘é o impacto disso na saúde pública’. Então, por precaução, a
417 Secretaria de Saúde mantém ainda essa nota de suspensão dos usos até o
418 trecho de Pompéu, até a montante da UHE Retiro Baixo, 287 km, mais ou
419 menos. Todo o trecho do rio Paraopeba.” Conselheiro Fernando Antônio de
420 Souza Costa: “A minha percepção quando você falou da amostragem do
421 alumínio, em que uma amostra que vocês coletam por trimestre ao longo dessa
422 série não foi suficiente para vocês fazerem uma correlação com o alumínio que
423 está nas outras áreas, sinaliza que uma coleta por trimestre talvez não seja um
424 número ideal. Se não está permitindo que na época chuvosa se faça essa

425 análise do alumínio mais alto, por causa de carreamento da chuva, eu acho que
426 vocês poderiam então fazer uma avaliação sobre essa coleta de amostra
427 trimestral durante o período de monitoramento. Essa é a minha recepção, que
428 uma amostra foi pouca.” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “O tipo de
429 monitoramento que o IGAM realiza até então é de tendência, de diagnóstico, de
430 acompanhamento, não é o monitoramento igual ao que implementamos após o
431 desastre, que é justamente de acompanhamento, de verificação, e é uma rede
432 que vai continuar com esse monitoramento intensivo para acompanhar as ações
433 de recuperação. É um monitoramento representativo do período. Nós vemos,
434 realmente, que os valores de alumínio no período do primeiro trimestre são bem
435 mais elevados que nos demais períodos do ano, e são as recomendações que
436 são passadas pela própria ANA. Porque o monitoramento é exaustivamente
437 dispendioso, gastamos R\$ 4 milhões por ano para fazer o monitoramento em
438 Minas Gerais. E a captação desses recursos é, a cada ano que passa, mais
439 difícil. Então nós seguimos a recomendação, que é no mínimo trimestral, é o
440 que a maioria dos Estados brasileiros seguem, à exceção da Cetesb, que tem o
441 monitoramento bimestral em alguns pontos, assim como nós temos mensal no
442 rio das Velhas e no rio Doce. Mas nós seguimos a recomendação do Programa
443 Nacional de Monitoramento. Claro, gostaríamos muito de ter uma frequência
444 maior de monitoramento, mas atendemos as exigências do programa nacional e
445 trabalhamos com o recurso que conseguimos captar. O monitoramento de
446 Minas Gerais hoje, se não for o melhor do Brasil, é um dos melhores, e nós nos
447 esforçamos para fazer com o recurso que conseguimos captar para o
448 monitoramento. Claro, poderia ser melhor se tivesse uma frequência maior, mas
449 atende aos objetivos de um programa de tendência, de observação geral.”
450 Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa: “Eu parablenizo o trabalho, mas,
451 só tecnicamente, por causa da sua fala. Se não foi possível fazer uma
452 correlação porque os dados não permitiram, então eu acho que tem que ser
453 reavaliado isso, mesmo considerando as deficiências de recursos. Eu acho que
454 para não cair nessa sua sala de que uma amostra não me permite fazer análise.
455 Se eu faço um monitoramento que não me permite análise, então tem alguma
456 coisa que não está bem certa dentro do protocolo. Eu acho que só para
457 discussão de vocês internamente.” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Eu
458 acho até que eu me expressei mal. Na verdade, com os dados obtidos pós-
459 rompimento, não conseguimos fazer uma associação direta com o
460 espalhamento do rejeito, porque já vimos um comportamento diferente do
461 alumínio na Bacia. No caso do rio Doce o alumínio também acompanhou a
462 passagem da pluma, mas no caso do Paraopeba ele tem um comportamento
463 um pouco diferente. Nós vimos que o manganês e o ferro acompanhavam a
464 pluma de turbidez, e os valores se elevaram à medida que foi passando a
465 pluma. Já o alumínio, não, nós víamos que tinha valores elevados de alumínio
466 em locais aonde a pluma ainda não tinha chegado, mostrando que ele tem um
467 comportamento distinto na Bacia. Eu acho que eu coloquei aqui

468 equivocadamente alguma informação, mas a ideia é essa, que ele não tem
469 relação com a pluma.” Conselheiro Rodrigo Carvalho Fernandes: “Parabéns
470 pela apresentação. Eu estou como superintendente da Seapa, mas sou egresso
471 do Instituto Mineiro de Agropecuária, então a minha base mais sólida nas
472 ciências agrárias é, sem sombra de dúvida, a defesa agropecuária. E em defesa
473 agropecuária nós lidamos, principalmente, com pragas e doenças. E eu posso
474 afirmar para vocês que não há praga maior do que a desinformação, porque a
475 desinformação leva ao alarmismo, que vai culminar no vilanismo. E aí nos fere
476 de morte quando esse vilanismo é feito diretamente na agricultura, que é um
477 dos propulsores não só da nossa economia, mas que produz e preserva,
478 conduz o binômio da sustentabilidade, que é produzir e preservar com maestria.
479 Infelizmente, falamos muito aqui de notícias falsas. Especialmente nos três
480 pontos de Três Marias, eu já fiquei muito feliz de ver que todos os elementos
481 analisados estão dentro dos limites estabelecidos pela legislação. Hoje nós
482 vamos ter uma reunião, à tarde, na Faemg, da Câmara Técnica de Piscicultura,
483 que é um braço do Conselho Estadual de Política Agrícola, e eu vou levar essa
484 informação para lá. Porque, infelizmente, os efeitos colaterais, que são
485 imensuráveis, dessa tragédia de Brumadinho resultaram muito na piscicultura.
486 Então eu vou levar essa informação, porque a ciência pacífica os conflitos, mas
487 infelizmente não na mesma capacidade de disseminação das notícias não tão
488 fidedignas assim. Então nós estamos tendo efeitos colaterais lá, principalmente
489 com o setor de piscicultura, muito atrelados a essas desinformações que
490 culminam em alarmismos e vilanismos, o que não é salutar para ninguém. Só
491 extrapolando um pouco do mote aqui, nós estivemos nesta mesma casa, na
492 terça-feira, no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com a Marília
493 Carvalho, e eu já iniciei conversações com ela, tanto Seapa quanto IMA, porque
494 recentemente também saíram laudos – aí já, entre aspas, “oficiais”, mas
495 altamente questionáveis. A própria academia já está questionando. Laudos de
496 resíduos de agrotóxicos em cerca de 45 municípios de Minas Gerais em
497 recursos hídricos. E, de novo, carregados de alarmismos, de insegurança
498 alimentar, o que causa um mal muito maior. Então nós já estamos fazendo
499 multidisciplinar, com IMA, IGAM, as próprias agências de abastecimento, para
500 fazer uma força-tarefa para avaliar, entrar no mérito mesmo e desmistificar o
501 que for necessário. Mas o pior disso tudo é que culmina lá no produtor rural, que
502 é o que salva a lavoura do nosso país e do nosso Estado, que sintetiza o nosso
503 país, sendo vilanizado de desmatador, poluidor, contaminador de alimentos, o
504 que é algo extremamente injusto. Porque, além da nobreza de produzir
505 alimento, ele produz e preserva com maestria.” Conselheiro Enio Resende
506 Souza: “Senhor presidente, eu queria fazer uma sugestão, para uma próxima,
507 de tema, dando continuidade. E aproveitando e parabenizando a Katiane pela
508 belíssima apresentação que foi feita. Mas a sugestão que eu faço é que sejam
509 trazidos aqui – talvez liderado pela Seapa, junto com a Secretaria de Meio
510 Ambiente – os impactos da questão de Brumadinho para o setor agrícola. A

511 apresentação foi belíssima, mas foi uma cultura geral que aqui estamos
512 apreendendo com essa apresentação. Mas a pergunta que o Tobias fez e o
513 próprio Fernando também é que nós precisamos saber qual o impacto que tem
514 realmente para os agricultores dessa região. E acho que é uma questão
515 importante para a CAP se posicionar, politicamente. 'Isso passou pela CAP, a
516 CAP teve esse posicionamento', e que esse posicionamento seja encaminhado
517 à Vale, às empresas que causaram esses impactos. Eu acho importante. Hoje,
518 de fato, apreendemos muito, mas para a nossa Câmara talvez seja mais
519 importante a pergunta que fizeram o Fernando e o Tobias, de termos uma
520 dimensão do que isso significa para o setor agrossilvopastoril. E na mesma mão
521 disso nós termos um posicionamento aqui perante a empresa, para que ela
522 tome as providências necessárias." Presidente Antônio Augusto Melo Malard:
523 "Eu entendo que é perfeitamente possível, é uma apresentação muito mais da
524 Seapa do que da própria SEMAD, do Sisema, porque seria a visão, realmente,
525 do setor. Eu tenho certeza de que concordará em trazer um posicionamento, eu
526 acho que nós também podemos trazer, conforme a Katiane passou, um foco
527 diferente do que foi apresentado hoje, já com algumas ações que estão também
528 em desenvolvimento, que vão além do monitoramento, que atendem também o
529 pleito do conselheiro Tobias, do conselheiro Fernando e acho que de todos
530 aqui. Nós podemos fazer esse compromisso, e fica registrado em ata o
531 compromisso de fazermos essa apresentação na reunião seguinte." Conselheiro
532 Emílio Elias Mouchrek Filho: "Doutora, parabéns pela apresentação, que foi
533 muito boa. Eu tenho dois aspectos para perguntar. O primeiro é o seguinte. A
534 concentração de minerais, em certos aspectos, ainda é muito alta. Eu queria lhe
535 perguntar o seguinte. Está fazendo demanda bioquímica de oxigênio, na
536 verdade, para ver o aporte de oxigênio, o que está faltando de oxigênio. Existiria
537 algum inconveniente se se anexasse mais um item, chamado demanda química
538 de oxigênio? Por que eu estou perguntando isso? A demanda bioquímica é
539 muito voltada para aspectos microbiológicos etc. A demanda química, pela
540 carga que está aí, é muito alta. Talvez valesse a pena a equipe dar uma
541 pensadinha em demanda química de oxigênio, porque tornaria talvez a visão
542 mineral, de modo geral, mais ampla, mais clara. O outro ponto é o seguinte. Eu
543 trabalho na fiscalização do agronegócio do Crea, a minha obrigação é andar por
544 aí, entre aspas, 'fiscalizando'. Em todos os locais em que eu passo, a pergunta
545 é parecida com o que o colega Enio colocou, que o colega Rodrigo colocou.
546 Quando é que eu vou poder mexer na minha terra que está na beirada do rio? A
547 ideia que existe para o grande público é que o grande público não deve receber
548 essa informação. O Comitê de Bacia pode receber. Mas nós temos em que
549 está aí o grande público não tem acesso a essa informação, o acesso que ele
550 tem é pelo "MGTV", da Rede Globo, à noitinha, pelo outro lá, que realmente
551 quando dão a informação é 'esse ponto de amostragem aqui deu isso, aquilo'.
552 Eu queria perguntar agora se não existe a possibilidade de o IGAM, em parceria
553 com a Vale, a Emater, a Seapa e o Crea, fazer uma espécie de informação

554 contínua em uma linguagem que o grande público entenda, para ele saber que
555 ninguém está parado. Porque aonde nós temos passado, a ideia – errada,
556 porque eles não têm acesso à informação – é de que não está sendo feito nada,
557 que a Vale é uma bandida, que os colegas têm que ser presos mesmo e que os
558 órgãos de governo... Quer dizer, está ficando por aí. Eu uso esse termo,
559 desculpem-me a expressão, mas é o que eu escuto aí. E eu gostaria de saber
560 se não existe a possibilidade de um trabalho contínuo pegando essa linguagem
561 que está aí, que a doutora mostrou, e trazendo para a linguagem em que o
562 cidadão que assiste televisão, que não tem acesso ou não tem formação para
563 esse tipo de informe, saiba o que é que está sendo feito. Eu gostaria que se
564 pensasse um pouco no assunto, e, se fosse o caso, se a doutora pudesse me
565 dar uma orientação, seria bom.” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Em
566 relação a DQO, nós temos no monitoramento convencional, que é realizado
567 trimestralmente, e não colocamos realmente nessa rede de monitoramento
568 emergencial do Paraopeba em função dos parâmetros prioritários que foram
569 eleitos. Existe o monitoramento da DBO, só que é mensal. Nós vimos que não
570 teve impacto no oxigênio dissolvido, ao contrário do que ocorreu em Mariana,
571 em que nas primeiras semanas nós vimos, realmente, uma queda brusca do
572 oxigênio na região mais próxima do desastre. Mas eu vou levar para a equipe a
573 sua observação, e de repente já incorporamos a partir do próximo contrato, que
574 já vai acontecer agora a partir de junho. Quanto à sua observação de acesso à
575 informação, o senhor não é o primeiro que traz essa observação, é uma
576 demanda constante, sobretudo na reunião de que eu participei no Comitê do
577 CBH Paraopeba. A própria Secretaria tem soltado, periodicamente, algumas
578 notas no site. A equipe da assessoria de imprensa da Secretaria tenta
579 transformar essa informação técnica em uma informação mais palatável para o
580 público, mas fica tudo no site. Igual você falou, a população está ligada no rádio,
581 na Itatiaia, no ‘MGTV’. A Marília até participou de algumas entrevistas na
582 Itatiaia, até mesmo para levar essas informações. Na próxima segunda-feira, vai
583 ter uma gravação da Rede Minas conosco na região de Brumadinho, no
584 laboratório, até mesmo para podermos falar. Mas eu vou levar essa sua
585 sugestão para o grupo que temos dentro do Sisema de realmente ter um
586 programa de comunicação. Exigir junto à Vale esse programa de comunicação.
587 O Malard está aqui e também pode reportar essa sua sugestão. E, realmente,
588 responder todas as perguntas, quando, como e onde vão poder lavar, beber
589 água, os órgãos estão todos trabalhando conjuntamente e não estão medindo
590 esforços para que isso seja avaliado. As respostas não são fáceis, isso mexe
591 com toda uma cadeia produtiva, uma cadeia alimentar, e exige estudos, que
592 estudos criteriosos sejam feitos. Esses estudos já foram estartados, estão sendo
593 interveniados até mesmo pelo Ministério Público, que já exigiu e já conseguiu
594 que a Vale libere recursos tanto para a Seapa quanto para o IEF – a Emater
595 também está envolvida em estudos –, para pesquisa, realmente, para a questão
596 epidemiológica, como eu havia falado, a questão dos peixes, solo,

597 bovinocultura. Mas precisamos, realmente, aguardar os primeiros resultados
598 desses estudos, até mesmo para soltar uma informação mais segura para a
599 população. Então o que a Secretaria e o governo têm se posicionado
600 atualmente é que estão suspensos os usos, e infelizmente ainda não é possível
601 informar quando vão ser liberados, até que tenhamos esses primeiros
602 resultados, até mesmo para termos informação segura para passar para a
603 população. Mas eu agradeço a sua observação, e vamos repassar
604 internamente.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Emílio, a sua
605 colocação foi extremamente pertinente. Nós realmente temos uma demanda,
606 precisamos melhorar a comunicação. É importante o que nós fazemos no site,
607 mas nós sabemos que o site não atinge o grande público, a população. Mas,
608 paralelamente a isso, vimos sempre tentando espaço na mídia e pelo menos
609 nos últimos dias e semanas temos tido um espaço maior para poder explicar
610 sobre todo o processo de acompanhamento da tragédia. Como a Katiane falou,
611 já participaram de várias entrevistas todas as casas, tanto o IEF, quanto a
612 FEAM, o IGAM e a SEMAD, mas isso precisa ser mais intensificado. Eu acho
613 que aí é responsabilidade grande da Vale também, como a Katiane falou, ter um
614 programa de comunicação. E nós vamos levar isso para ela, para que, de fato,
615 alcance todo o público interessado.” Conselheiro Leandro Soares Moreira: “Só
616 para clarear um pouquinho, quando nós trouxemos aquelas informações sobre
617 essa questão do monitoramento, na última reunião, já aproveitando e
618 agradecendo a Katiane pela apresentação, ontem também tivemos acesso por
619 meio do Heitor, que detalhou também na CNR. Então nós esclarecemos alguns
620 pontos com ele também. De certa forma, como o próprio Rodrigo falou,
621 tranquiliza, digamos assim, quando vemos embasamento, resultado técnico, em
622 especial em relação à Barragem de Três Marias. Naquela ocasião, nós
623 tínhamos tido acesso a alguns pescadores artesanais, piscicultores, de
624 informação que tinha realmente chegado equivocada e solta. Aí aquele
625 agricultor dá ponta ali fica meio alarmado. Então a apresentação traz essas
626 informações técnicas. Mas, reforçando a fala do Emílio, que também
627 esclareceu, eu acho que é preciso realmente ampliar ou repensar o plano de
628 divulgação para que essas informações cheguem de maneira com
629 responsabilidade, de maneira mais clara, tanto para o produtor, o pescador, o
630 atingido quanto para o consumidor também. Que estava ali naquela coisa: ‘O
631 peixe está contaminado ou não está?’ Aquela coisa meio solta. E talvez, assim
632 como a própria Vale divulgou em rede nacional algumas informações referentes
633 ao auxílio emergencial – estava passando isso quase todo dia –, não que ela
634 divulgue esses dados, mas digamos que ela custeie a divulgação, digamos, do
635 IGAM, da SEMAD, para estarem colocando isso também em rede nacional.
636 Sabemos que a questão da internet, o agricultor, além de ter pouco acesso,
637 geralmente, um dos últimos sites em que ele vai entrar vai ser o da SEMAD e
638 dos órgãos governamentais. Então seria uma estratégia de divulgação dessas
639 informações mesmo. Eu acho que se precisa repensar isso e, obviamente,

640 continuar esse monitoramento. Eu acredito que isso vai continuar ainda por um
641 período bem longo. Não tenho a noção de tempo nisso. Só para reforçar um
642 outro ponto, ontem, na apresentação do Heitor, ele até reforçou que continua
643 suspensa a utilização da água bruta até Retiro Baixo. Ou seja, vai um
644 pouquinho mais de Curvelo, um pouco mais abaixo. Então acho que é isso, só
645 para clarear mesmo. E uma última dúvida, só um questionamento mesmo. Se
646 em relação ao rio Doce, no caso de Mariana, três anos depois, e hoje está
647 fazendo três meses o rompimento em Brumadinho, mas no caso de Mariana, do
648 rio Doce, o IGAM fez esse monitoramento ou algo parecido? Isso continua, já se
649 encerrou? É possível fazer uma correlação entre o que foi levantado lá em
650 relação a tempo – uma vez que tem três anos – de pelo menos reuso dessa
651 água bruta? É só um questionamento mesmo?” Katiane Cristina de Brito
652 Almeida/IGAM: “Em relação ao rio Doce, nós implementamos um programa
653 emergencial de monitoramento no dia seguinte ao desastre. Já são três anos e
654 meio desde o desastre ocorrido lá. O IGAM continuou monitorando, e após um
655 período passou a ser semanal, quinzenal, até que temos hoje um programa
656 mensal de monitoramento do rio Doce. A despeito do próprio programa que é
657 realizado pela Renova, é o monitoramento hoje mais completo do país. Essas
658 informações são divulgadas pela Renova. Mas nós vimos que, de forma geral, o
659 primeiro ano foi bem crítico lá, o dano ambiental foi muito maior do que esse de
660 Brumadinho. O desastre de Mariana foi no dia 5 de novembro, e nós vimos no
661 primeiro mês valores extremamente elevados dos parâmetros e vimos logo
662 depois do período chuvoso. Estava recente, e aí veio o período chuvoso e
663 revolveu tudo de novo, rememorou todo o impacto na qualidade da água. E isso
664 foi caindo ao longo do período de estiagem, mas aí veio o período chuvoso de
665 novo, claro, em menor grau, mas nós vimos que destoava sempre da série
666 histórica. Então decorridos três anos, vamos dizer que nos dois primeiros anos
667 a gente ainda via isso bem claramente no período chuvoso. No período seco,
668 vimos que os parâmetros já estavam dentro dos limites da série histórica.
669 Atualmente observamos que os parâmetros estão dentro do limite da série
670 histórica. Na região mais próxima do desastre, nos períodos chuvosos, ainda
671 vemos os valores elevados de turbidez na região. Mas nos demais períodos do
672 ano os parâmetros já estão como eram observados antes do desastre.
673 Recentemente, existe o GTA, uma Câmara Técnica que acompanha
674 especificamente o assunto, e ela é multidisciplinar, tem vários órgãos, inclusive,
675 do Espírito Santo, da ANA, e o próprio IGAM coordena essa Câmara Técnica,
676 por meio da Regina Pimenta. E eles soltaram uma nota técnica, recentemente,
677 falando que os impactos ambientais na qualidade da água lá foram muito
678 maiores e da questão do arsênio. Porque o limite do arsênio para pesca é bem
679 mais restritivo do que o da Conama para classe 2. E observaram-se lá, na
680 época do acidente, valores elevados de arsênio. E eles emitiram uma nota
681 fazendo todo esse panorama frente aos usos que são possíveis na região, que
682 são pesca, agricultura, e saiu nesta semana uma nota falando que foram

683 suspensos os usos e a pesca no rio Doce em função dos dados do
684 monitoramento. Então ainda vemos, três anos depois, repercussões ainda em
685 função do desastre ambiental. Eu acho que existe toda uma cautela dos órgãos
686 de saúde e dos órgãos públicos de não exporem a população, já tão castigada
687 na região, a mais um dano que possa advir na saúde. Então até que os estudos
688 que ainda estão sendo conduzidos pela Renova sejam concluídos, infelizmente,
689 são estudos que demoram, que têm que ter uma amostragem grande,
690 sobretudo estudos epidemiológicos, até que se conclua que não está tendo
691 essa exposição direta tanto da população quanto da cadeia trófica, dos animais,
692 eu imagino que eles tenham tomado essa decisão. Apesar de os valores já
693 estarem dentro dos níveis históricos, sempre observamos no período chuvoso
694 ainda lá na região alguma coisa que destoa do que já era observado antes.
695 Ainda são, infelizmente, tragédias que acontecem ao meio ambiente e que
696 ainda podem repercutir por muitos e muitos anos. Tanto que o programa de
697 monitoramento que foi imposto à Samarco tem a previsão de que dure 20 anos.
698 Então infelizmente não tem como, de imediato, liberar os usos, uma coisa que
699 pode ter repercussão na saúde.” Conselheiro Luiz Artur Castanheira: “Parabéns
700 pelo trabalho. Eu vejo a questão do alumínio. O alumínio é um elemento muito
701 destacado na composição do solo do Cerrado. E na época de chuva,
702 provavelmente, esse alumínio está mais mobilizado. Esse parâmetro não
703 poderia ser comparado com outros de outros rios da região que não foram
704 afetados pelo desastre? Para ser um parâmetro de correlação. Aumenta o
705 alumínio no rio das Velhas nessa época normal, o rio das Velhas ainda tem
706 captação de água etc. E fazer comparação com outros rios. Porque estamos
707 focados muito em um rio que sofreu um desastre, uma tragédia, ainda está
708 focado muito no Paraopeba, enquanto se poderia fazer uma comparação com
709 outros rios de mesma geologia regional para saber o que acontece nesses rios
710 na época de chuva, para comprar se realmente está acontecendo isso não é o
711 que acontece normalmente naquela Bacia e nas outras Bacias. Porque
712 comparar só ele mesmo abaixo não dá. Eu achei brilhante a ideia de comparar
713 acima, o que acontece acima. Provavelmente, o nível de alumínio acima é alto
714 também, assim como deve ser alto o alumínio no rio Pará e em outros rios da
715 região de Cerrado.” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Está anotada a
716 sua sugestão. E realmente eu acredito que os dados vão mostrar isso.
717 Sobretudo na Bacia do Rio Doce, os dados históricos do IGAM antes do
718 desastre de Mariana, nós lembramos que era uma Bacia que apresentava
719 quantidades de alumínio maiores, que se destacavam. Mas é interessante, eu
720 fiquei até curiosa e vou fazer uma comparação desses valores de alumínio dos
721 principais rios que nós temos em Minas. E na região observamos que os valores
722 de alumínio também são altos, nos afluentes.” Conselheiro Carlos Alberto
723 Santos Oliveira: “Parabéns à Katiane pela apresentação, um material
724 enriquecedor, feito com esmero, com cuidado. Deve continuar e deve ser
725 aprimorado. Incorporando todas as manifestações anteriores dos nossos

726 colegas, eu queria dizer apenas uma única palavra: não poderia, não podia ter
727 acontecido esse desastre. E nós não podemos esquecer que isso aconteceu.”
728 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Obrigado, mais uma vez, Katiane. E
729 fica o compromisso de, na próxima reunião, nós trazeremos as duas
730 apresentações.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
731 **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Amauri Pinto Costa.**
732 **Avicultura. Itanhandu/MG. PA 00319/2005/007/2019. Classe 4 (conforme Lei**
733 **nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Sul de**
734 **Minas. Retorno de vista: Mover.** Licença renovada por maioria nos termos do
735 Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, MAPA, Emater, Faemg, Crea, Amif,
736 Segov, Ufla e Fetaemg. Voto contrário: Mover. Abstenção: Ibama. Entidade
737 suspensa: Seda. Justificativa de abstenção do Ibama. Conselheiro Luiz Artur
738 Castanheira: “A abstenção é pelo seguinte. Que no momento nós estamos sem
739 uma orientação técnica do Ibama sobre o processo, em virtude das mudanças
740 administrativas que estão ocorrendo.” Justificativa de voto contrário do Mover,
741 de acordo com o parecer de vista apresentado pelo conselheiro Tobias Tiago
742 Pinto Vieira, com a seguinte conclusão: “Considerando as informações contidas
743 no Rada, apresentado pelo empreendedor, que não traz informações seguras,
744 sendo considerado pelo autor deste um documento que não traz confiabilidade;
745 Considerando que o empreendimento tem histórico de não cumprimento de
746 condicionantes, ou o cumprimento de forma intempestiva; Considerando o Auto
747 de fiscalização, que atesta o baixo desempenho do tratamento de efluentes do
748 empreendimento, e afirma a inconformidade do mesmo com a legislação
749 ambiental vigente; Considerando que o Rada está posto de forma incoerente,
750 afirmando em um momento que o empreendimento cumpre as condicionantes
751 de forma tempestiva, e em um segundo momento afirma o cumprimento de
752 condicionantes de forma intempestiva; Considerando a proximidade do
753 empreendimento com as APPs; Considerando que à jusante do mesmo existem
754 outros empreendimentos/usuários; Considerando que o meio ambiente é para o
755 benefício de todos os seres da Terra; Considerando que o COPAM deve zelar
756 pelo bom andamento dos empreendimentos, em conformidade com a legislação
757 vigente, e exigir sustentabilidade dos mesmos; Considerando as inúmeras
758 informações postas de forma insegura no Rada e no Parecer Único;
759 Considerando que não foi realizada vistoria no empreendimento para embasar a
760 elaboração do Parecer Único; Considerando o Auto de Fiscalização 102/2017,
761 que atesta que o empreendimento está em desconformidade com a legislação
762 vigente; Considerando que o Rada não traz segurança nas informações
763 apresentadas, Rada esse que subsidia a equipe da Supram para sugerir o
764 deferimento da licença; Considerando que é atribuição do COPAM e de suas
765 Câmaras Técnicas propor medidas para melhoria da qualidade ambiental ou até
766 mesmo contenção de atividades não bem geridas; Considerando que a
767 legislação prevê a não renovação de licença para empreendimentos que
768 descumprem condicionantes ou cumprem de forma intempestiva, causando

769 degradação ambiental. O conselheiro autor deste propõe o indeferimento da
770 licença ora apresentada e solicita regularização do mesmo de forma criteriosa,
771 sanando os problemas levantados nos sistemas de tratamentos, e sugere a
772 implantação de sistema de gestão ambiental no empreendimento, para melhor
773 desempenho durante a operação.” **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA**
774 **EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 7.1) Cooperativa**
775 **Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. Beneficiamento primário de**
776 **produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento,**
777 **descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes. Paracatu/MG.**
778 **PA 17282/2007/007/2018. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14,**
779 **inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Noroeste.** Licença concedida por
780 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, MAPA,
781 Emater, Faemg, Crea, Amif, Segov, Ufla, Fetaemg e Mover. Abstenção: Ibama.
782 Entidade suspensa: Seda. **7.2) Bioenergética Vale do Paracatu S/A.**
783 **Complexo agrícola. Canais de irrigação. João Pinheiro/MG. PA**
784 **90099/2004/012/2016. Classe 5. Apresentação: Supram Noroeste.** Licença
785 concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com inclusão da
786 seguinte condicionante: “Apresentar programa de monitoramento de
787 estabilidade de barragens com a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.
788 Cumprir integralmente o programa após apreciação da Supram Noroeste.
789 Prazo: 120 (cento e vinte) dias.” Votos favoráveis: Seapa, MAPA, Ibama,
790 Emater, Faemg, Crea, Amif, Ufla e Fetaemg. Abstenção: Mover. Ausência:
791 Segov. Entidade suspensa: Seda. Justificativa de abstenção. Conselheiro
792 Tobias Tiago Pinto Vieira: “Abstenção por o Movimento Verde ser parceiro da
793 empresa em algumas ações.” **7.3) ArcelorMittal Sul Fluminense S/A.**
794 **Silvicultura. Vazante/MG. PA 06115/2005/003/2012. Classe 5. Apresentação:**
795 **Supram Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer
796 Único, com nova redação para a condicionante nº 1 do Anexo I: “Executar o
797 Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, com a
798 exclusão integral do item 2, referente a monitoramento de ruídos.” Votos
799 favoráveis: Mover, Fetaemg, Ufla, Amif, Crea, Faemg, Emater, Ibama, MAPA e
800 Seapa. Ausência: Segov. Entidade suspensa: Seda. Anteriormente à votação da
801 licença, a Câmara aprovou por maioria a alteração da condicionante. Votos
802 favoráveis ao Parecer Único, pela manutenção do texto da condicionante:
803 Mover, Fetaemg e Ufla. Voto contrário à manutenção do texto da condicionante
804 e favorável à exclusão do item 2, relativo ao monitoramento de ruído, do Anexo
805 II: Amif, Crea, Faemg, Emater, Ibama, MAPA e Seapa. Entidade suspensa:
806 Seda. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE**
807 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) Manoel Teixeira Lopes / Fazenda Penalva.**
808 **Suinocultura (ciclo completo), bovinocultura de leite, bubalinocultura de**
809 **leite e caprinocultura de leite, criação de equinos, muares, ovinos,**
810 **caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (confinados), avicultura de**

811 **corte e reprodução, formulação de rações balanceadas e de alimentos**
812 **preparados para animais, cultura de cana-de-açúcar, silvicultura. Juiz de**
813 **Fora/MG. PA 90141/1997/006/2017. Classe 5. Apresentação: Supram Zona**
814 **da Mata.** Licença renovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.
815 Votos favoráveis: Mover, Fetaemg, Ufla, Amif, Crea, Faemg, Emater, Ibama,
816 MAPA, Seapa. Ausência: Segov. Entidade suspensa: Seda. **9) PROCESSO**
817 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO A RENOVAÇÃO DE LICENÇA**
818 **DE OPERAÇÃO. 9.1) Somai Nordeste S/A. Avicultura de postura. Montes**
819 **Claros/MG. PA 00062/1979/009/2014. Classe 5. Apresentação: Supram**
820 **Norte de Minas.** Adendo aprovado por unanimidade nos termos do Parecer
821 Único. Votos favoráveis: Mover, Fetaemg, Ufla, Crea, Faemg, Emater, Ibama,
822 MAPA e Seapa. Ausências: Segov e Amif. Entidade suspensa: Seda.
823 Registrada alteração no item 6, Áreas de Preservação Permanente: onde está
824 escrito “estando boa parte delas inseridas em áreas de Reserva Legal ou de
825 vegetação nativa pertencente ao Bioma Cerrado”, lê-se “estando boa parte
826 delas interligadas às áreas de Reserva Legal ou de vegetação nativa
827 pertencente ao Bioma Cerrado”. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
828 assuntos a serem tratados, o presidente suplente Clésio Cândido Amaral
829 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi
830 lavrada esta ata.

831
832 **APROVAÇÃO DA ATA**

833
834
835 **Antônio Augusto Melo Malard**
836 **Presidente suplente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris**